



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682587 - SP (2021/0233836-2)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : BRUNO KENDI SAKAI
ADVOGADO : BRUNO KENDI SAKAI - SP372793
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ANDERSON HENRIQUE FERNANDES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANDERSON HENRIQUE FERNANDES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado de Execução Penal n. 0000062-46.2021.8.26.0344).

O paciente formulou pedido de progressão ao regime semiaberto perante o juízo das execuções, que deferiu o benefício (e-STJ fls. 33-35).

O Tribunal de origem deu provimento ao agravo em execução interposto pelo Ministério Público para "cancelar a promoção do sentenciado ao regime semiaberto, devendo ele retornar e permanecer no fechado" (e-STJ fls. 36-41).

O impetrante sustenta a carência de motivação idônea para a determinação da realização de exame criminológico, ao argumento de que "a fundamentação utilizada para determinar a realização de novo exame criminológico consiste na reincidência, gravidade abstrata dos delitos praticados e longa pena a cumprir", o que, a seu ver, significa "impor, invariavelmente, a análise psiquiátrica a todos aqueles que praticarem determinadas espécies de crimes" (e-STJ fl. 5).

Requer, liminarmente, "que o paciente seja transferido provisoriamente ao regime semiaberto" (e-STJ fl. 11). No mérito, pretende "a promoção do paciente ao regime semiaberto e, subsidiariamente, (...) que o juízo de origem aprecie o pedido progressional em conjunto com o último exame criminológico realizado, sem qualquer necessidade de complementação" (e-STJ fl. 11).

É, no essencial, o relatório.

Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, confira-se o que consignou o Tribunal *a quo* ao determinar o retorno do paciente ao regime fechado (e-STJ fls. 38-41):

No caso vertente, constata-se que o reeducando, reincidente, encontra-se atualmente recolhido em penitenciária deste Estado condenado a cumprir a pena privativa de liberdade num total de vinte e três (23) anos e dezenove (19) dias de reclusão, em regime fechado, pela prática de tráfico de drogas, associação para o tráfico de drogas e participação em organização criminosa artigo 2º da Lei nº 12.850/2013, crimes graves a demandarem

indagações e respostas adequadas para a verificação sobre se o reeducando reúne, efetivamente, condições do ponto-de-vista subjetivo para progredir de regime prisional. O término de cumprimento da pena se dará no dia 24 de outubro de 2032, se nada de anormal ocorrer até lá (fls. 186/190).

Consta, ainda, que o sentenciado registra a prática de três faltas disciplinares de natureza grave, a última delas por abandono ocorrida em 12/03/2018 (fls. 189). Verifica-se, ademais, que o sentenciado, quando beneficiado com a progressão de regime, acabou por abandonar o cumprimento da pena, durante período de saída temporária, traindo a confiança daquele douto Juízo.

Assim, em razão destas informações, a nobre Magistrada sentenciante, sabiamente, optou por determinar a realização de avaliação, concluindo os experts que o reeducando "... procura relatar de forma coerente sua vivência criminal e prisional, suas motivações e consequências, conseguindo perceber seus erros, atribuindo a sua imaturidade e dependência de drogas. Apresentou crítica de sua vida baseada em perdas pessoais" (fls. 12). E, ainda, que "na unidade tem um convívio adaptado com a população carcerária e funcionários, não trabalha e não estuda" (fls. 13, "in fine") (grifou-se).

Conquanto tenham os "experts", no relatório conjunto de avaliação, apontado alguns pontos favoráveis à referida benesse, a qual, aliás, lhe foi concedida, o Juiz não está adstrito aos resultados dos referidos laudos, "podendo aceitá-los ou rejeitá-los, no todo ou em parte", nos termos do que dispõe o artigo 182 do Código de Processo Penal. Como se sabe o Juiz é o "perito peritorum".

Assim, em que pese estar atendido o requisito de caráter objetivo, de ordem temporal, ausente, porém, o subjetivo, que é caracterizado por elementos de ordem social e comportamental capazes de demonstrar ser o agravante merecedor do benefício pleiteado.

Aliás, não se pode olvidar que está em discussão a reintegração à sociedade de pessoa que cometeu delitos graves, com longa pena a cumprir fazendo-se mister que o Estado-Juiz tenha elementos seguros para deferir a benesse.

Neste ponto, inegável que a longa pena a cumprir, demonstra que o tal "bom" comportamento carcerário deve ser tido com reservas.

Assim, no vertente caso, razão assiste à douta Promotora de Justiça oficiante, vez que se insurgiu contra o deferimento de progressão de regime prisional ao ora agravado, por constatar que, se por um lado, preenchido o requisito objetivo (de ordem temporal), por outro, ausente o subjetivo, que é caracterizado por elementos de ordem social capazes de demonstrar ser ele merecedor do benefício. Aliás,

não se pode olvidar que está em discussão a reintegração à sociedade de pessoa que cometeu delito grave, com longa pena a cumprir, fazendo-se mister que o Estado-Juiz tenha elementos seguros para deferir a benesse.

De se observar, mais uma vez, que o término da pena está previsto para o longínquo ano de 2032. Observa-se, a propósito, que o sentenciado foi condenado por tráfico de drogas, crime equiparado aos hediondos, e participação em organização criminosa.

Na verdade, o reeducando não possui, efetivamente, bom comportamento carcerário, ao menos por ora.

No mais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência